ESTUPRO DE VULNERÁVEL: RISCOS DA CONDENAÇÃO COM BASE NA PALAVRA DA VÍTIMA

*Ludimila Ferreira de Sousa*¹

*Fábio Lasserre Sousa Borges*²

RESUMO

O presente estudo tem por escopo, a fundamentação do crime de estupro de vulnerável focado nos riscos da condenação com base na palavra da vítima. Por ser um crime que ocorre às escondidas, é necessário a valoração da palavra da vítima, o que poderá acarretar falhas na prestação jurisdicional, erros esses que poderão destruir a vida do suposto autor, deixando portanto um lastro de danos irreversíveis, de forma que a situação que propõe discutir envolve a dignidade de ambos os polos envolvidos. Tendo em vista esses aspectos, esse artigo possui como objetivo principal abordar os traumas adquiridos, e as dificuldades enfrentadas que decorrem de um tema tão delicado a se discorrer. Sendo efetivado por intermédio de pesquisas bibliográficas, em doutrinas, códigos, leis, sites, livros, jurisprudências, súmulas e demais materiais. Catalogado como qualitativa e explicativa. Dessa maneira, podemos observar que a palavra da vítima nesses casos, é crucial para a decisão final cabendo porém o dever de cautela na condução do processo e apreço por outros meios de provas.

Palavras-chave: Palavra da vítima. Estupro de vulnerável. Riscos da condenação injusta.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade de Rio Verde, Campus Caiapônia, GO.

² Orientador, Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, PUC - GO, possui especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Unida de Campinas, UNICAMPS, Pós-Graduado em Direito Público pela Universidade de Rio Verde - UniRV, possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Goiás (2010). Professor da Universidade de Rio Verde Campus Caiapônia.

1 INTRODUÇÃO

O crime de estupro de vulnerável, em termos gerais, consiste na prática do ato sexual praticado contra vítimas menores de 14 anos, tal modalidade está tipificada no artigo 217-A do Código Penal. O estupro de vulnerável configura crime que apresenta particularidades, posto que é modalidade em que não haverá necessariamente a violência, vale destacar que referido crime é considerado repugnante e além de grave violação a preceitos fundamentais gera imensuráveis consequências sociais. O crime de estupro, possui grande notabilidade na sociedade, sendo a palavra da vítima essencial na condenação do autor. Sendo assim, delimita-se o tema da seguinte forma: estupro de vulnerável: a palavra da vítima e os riscos da condenação.

O crime em comento, ocorre via de regra, de forma sutil, às escuras, sem que ninguém presencie tal ato de crueldade. Sendo assim, para a persecução e aplicação de medidas cabíveis urge a necessidade de valorar elementos que conduzam a aplicação e efetivação da justiça. Neste sentido, verifica-se considerável valoração a palavra da vítima o que acarreta possibilidades de erros. Ante a delimitação do tema, propõe-se a seguinte problemática: Considerando o peso da palavra da vítima no crime de estupro de vulnerável quais riscos envolvem a condenação fundamentada nesta?

Diante da problemática ora sugerida, levantou-se as seguintes hipóteses: **a)** O crime em comento representa violação à dignidade sexual de vulnerável, cabendo considerar que a conduta configura verdadeiro atentado à dignidade do indivíduo o que confere a necessidade de atenção ao tema tendo em vista sua relevância; **b)** É necessário compreender a hediondez do crime, posto que se trata de crime repugnante que resta configurado com ou sem o consentimento da vítima. **c)** O acusado poderá ser condenado mediante a palavra da vítima, levando em consideração que todo ser humano está sujeito a cometer erros, necessário direcionar atenção especial aos depoimentos, sem perder de vista outros meios de prova, mesmo porque erros podem gerar condenações injustas.

Salienta-se que o crime de estupro acontece desde a antiguidade, e é por sua vez um crime repugnante, vale destacar que o mesmo acarreta uma série de prejuízos. O Estado tem por finalidade assegurar o bem comum do povo e este deve ser garantido em todas as áreas, valendo-se de medidas preventivas ou repressivas, de forma positiva ou negativa as ações e políticas públicas promovidas pelo Estado devem ter como pilar assegurar a dignidade da

pessoa humana enfatizando atenção e promoção do ser humano como núcleo central de suas preocupações.

A dignidade da pessoa humana é considerada como premissa e revela uma perspectiva do direito à vida consistente em viver de forma digna. Neste sentido, o crime de estupro é considerado um atentado a dignidade, potencializado em casos em que vítima seja considerada vulnerável o que de per si exige por parte do estado uma atenção e atuação enérgica e que garanta efetividade nas medidas a serem adotadas.

Considerando as complexidades que envolvem o crime inclusive no que diz respeito a produção de provas o depoimento da vítima de estupro recebe grande valor como meio de prova em uma ação judicial, porque, em geral, são praticados na clandestinidade, sem a presença de testemunhas. Esse costuma ser o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em casos que envolvem crimes contra a liberdade sexual, fixados no Código Penal.

Entretanto, insta salientar que em que pese a valoração da palavra da vítima ser necessário permite-se considerar a existência de riscos que decorrem desta, posto que equívocos ou mesmo má-fé podem acarretar severos e inclusive irreparáveis danos ao suposto infrator.

Dessa forma, discorrer sobre o tema revela-se de extrema relevância, posto que é preciso compreender e analisar a palavra da vítima e valorá-la mantendo atenção aos riscos que decorrem da condenação e malefícios que a injusta condenação carrega. Destaca-se ainda que o tema é de extrema relevância posto que tem como condão apresentar estudo que agregará ao meio acadêmico sobretudo apresentando a necessidade de reflexão sobre a complexidade em estabelecer parâmetros que balizem e equalizem premissas fundamentais e bens inerentes ao ser humano. Nesta esteira o presente trabalho tem por motivação realizar análise acerca do poder da palavra da vítima e os riscos que decorrem desta.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ASPECTOS GERAIS ACERCA DO ESTUPRO

A nova Lei de combate aos crimes contra a liberdade sexual 12.015/2009, trouxe inúmeras modificações no Título VI da Parte Especial do Código Penal, que tratava dos “crimes contra os costumes”, passando a denomina-los “crimes contra a dignidade sexual”. A lei em comento pretende proteger “a dignidade sexual” da pessoa e não apenas definir a forma como

ela se comporta sexualmente diante da sociedade, como era prescrito anteriormente. Uma das mais importantes alterações trazidas pela Lei 12.015/09 – e que trouxe profundas consequências – refere-se à junção, em um único tipo penal, das condutas anteriormente previstas no art. 213 e 214 do Código Penal, que agora estão previstas sob a rubrica estupro, no artigo 213 do Código Penal.

De acordo com o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 213 (na redação dada pela Lei nº 12.015, (2009), considera-se estupro:

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 2º Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.(BRASIL, 2009)

Conceitua-se estupro, conforme expresso no caput do artigo 213 do CP, a prática de conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso. Nesta esteira Fenando Capez (2020, p.101) aduz que:

Conjunção carnal: é a cópula vagínica, ou seja, a penetração efetiva do membro viril na vagina [...]. Ato libidinoso: compreende outras formas de realização do ato sexual, que não a conjunção carnal. São os coitos anormais (por exemplo, a cópula oral e anal). Pode-se afirmar que ato libidinoso é aquele destinado a satisfazer a lascívia, o apetite sexual.

O bem jurídico protegido nos crimes de estupro, é a liberdade sexual, no qual homens e mulheres possuem o discernimento para escolher seus parceiros. Nas palavras de César Roberto Bitencourt (2013, p. 48):

Reconhece-se que homem e mulher têm o direito de negarem-se a se submeter à prática de atos lascivos ou voluptuosos, sexuais ou eróticos, que não queiram realizar, opondo-se a qualquer possível constrangimento contra quem quer que seja, inclusive contra o próprio cônjuge, namorado (a) ou companheiro (a) (união estável).

Antes do advento da Lei 12.015/09, o sujeito ativo do crime de estupro se restringia exclusivamente ao homem. Configurando crime próprio, posto que exigia do agente qualidade especial. A mulher por sua vez poderia constar na posição de sujeito ativo excepcionalmente, a exemplo, de quando fosse autora mediata, ou atuasse em concurso com homem, nos termos do que preconiza o art. 29 do Código Penal. Em se tratando de vítima do sexo masculino, com autoria de mulher, poderia caracterizar crime de constrangimento ilegal ou atentado violento ao pudor. Atualmente a mulher também pode ser considerada autora.

O sujeito passivo, por sua vez, restringe-se tão somente a mulher, em virtude de expressa previsão legal. Deste modo, se determinada mulher coagisse homem a manter com ela conjunção carnal, não incidiria o art. 213, respondendo, por constrangimento ilegal, que configura delito subsidiário.

2.1.1 Estupro de vulnerável

O estupro cometido contra pessoa sem capacidade ou condições de consentir, com violência ficta, deixou de integrar o art. 213 do CP, para configurar crime autônomo, previsto no art. 217-A, sob a nomenclatura “estupro de vulnerável”. Seu teor é o seguinte: “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena – reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. O sujeito passivo do crime pode ser qualquer pessoa. Atualmente, tanto o homem quanto a mulher podem ser sujeitos passivos do crime em exame. Sujeito ativo: crime comum, portanto o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, de qualquer sexo.

O elemento subjetivo do crime de estupro é o dolo, consistente na vontade livre e consciente de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Por sua vez a consumação do delito não ocorre apenas quando há conjunção carnal, mas sim todas as vezes em que houver a prática de qualquer ato libidinoso com menor de 14 anos. O bem jurídico protegido é a dignidade sexual dos vulneráveis e não a liberdade sexual, como no crime de estupro.

Neste diapasão César Roberto Bitencourt (2013, p. 221) leciona que:

Na realidade, na hipótese de crime sexual contra vulnerável, não se pode falar em liberdade sexual como bem jurídico protegido, pois se reconhece que não há a plena disponibilidade do exercício dessa liberdade, que é exatamente o que caracteriza sua vulnerabilidade.

Podemos conceituar o termo vulnerabilidade segundo o Desembargador do TJSC, Jaime Ramos como:

[...] vulnerável é qualquer dessas pessoas, que se presume de forma absoluta não ter discernimento suficiente para consentir validamente aos atos sexuais a que são submetidos. Mesmo que consintam o ato sexual, esse consentimento deverá ser considerado inválido. (RAMOS , apud, GUIMARÃES, 2011).

A vulnerabilidade pode ser considerada absoluta em casos que envolvam, os menores de 14 anos são absolutamente vulneráveis e os doentes mentais ou os que não consigam oferecer resistência são relativamente vulneráveis, uma vez que é necessário a comprovação desta condição por meios de exames.

2.2 DEPOIMENTO DA VÍTIMA

Sem testemunhas e em muitas situações, sem vestígios físicos, o crime de estupro tem contra si algo que ganha cada vez mais força em decisões judiciais: a palavra da vítima. Para que se valide como verdadeira a palavra da vítima, tais declarações deverão ser pautadas com coesão com as demais provas, conforme o entendimento de Bittencourt (1971, p. 104):

Elemento importante para o crédito da palavra da vítima é o modo firme com que presta suas declarações. Aceita-se a palavra da vítima, quando suas declarações são de impressionante firmeza, acusando sempre o réu e de forma inabalável.

De acordo com o Código de Processo Penal a vítima será questionada em seu depoimento sobre as circunstâncias do delito, autoria deste e as provas que seja capaz de indicar de acordo com art. 201 do Código de Processo Penal (BRASIL,1941). A circunstância dos delitos são os dados que formam a configuração do delito investigado, desde (modo de execução, lugar, motivo entre outros) até a materialidade (Nucci, 2012). Em relação a autoria do ofendido, será questionado se este sabe indicar o autor do delito ou quem suspeita que seja. Aqui, vale ressaltar que as declarações da vítima constituem a instrução criminal.

Ainda sobre situações em que há conflitos entre as declarações das partes litigantes, leciona Fernandes (1995, p. 221):

De regra, a palavra isolada da vítima não pode sustentar a condenação quando está em conflito com a versão do acusado, devendo ser corroborada por outros elementos de prova. Sustentem-se, contudo, condenações nos dizeres da vítima em certas hipóteses, levando-se em conta dois elementos fundamentais:

a pessoa da vítima e a natureza do crime. Quanto à pessoa do ofendido influem: antecedentes; formação moral; idade; o estado mental; a maneira firme ou titubeante com que prestou declarações; a manutenção do mesmo relato para familiares e autoridade ou, ao contrário, a insegurança, a contradição nos diversos depoimentos; maior verossimilhança na versão da vítima do que na do réu; a sua posição em relação ao réu: desconhecido, conhecido, parente, amigo, inimigo. Sobre a natureza do crime tem merecido especial atenção o delito cometido na clandestinidade, às ocultas, em que avulta de importância a palavra da vítima, sendo normalmente citados os crimes contra os costumes (atualmente contra a dignidade sexual), o furto e o roubo.

Para que sejam tomadas certas decisões, é indispensável a existência de outros meios de prova. É importante enfatizar, que em casos envolvendo referido crime a sociedade na grande maioria tende imputar culpa ao acusado de forma antecipada impondo condenação social sem que ocorra sequer o devido trâmite processual, vale considerar que apesar da motivação justa em valorar a palavra da vítima sobretudo em razão das questões que o envolvem, não se pode perder de vista os riscos que decorrem de ações precipitadas e sem a cautela necessária, tendo em vista que encontra-se em rota de colisão preceitos fundamentais e caros a ambas as partes envolvidas.

2.3 DAS FALSAS MEMÓRIAS E ALIENAÇÃO PARENTAL

No que concerne as falsas memórias trata-se de tema pouco abordado no sistema brasileiro. Verifica-se contexto em que mesmo antes de ocorrer a colheita dos depoimentos, bem como, traçar características que descrevam o perfil do autor são expostas imagens, fotografias de indivíduos com histórico, precedente ou ainda tenham sido alvo de investigações e inclusive ocorrências em que se pauta pela mera intuição do agente público quanto a autoria. Assim sendo, a apresentação do possível rol de agentes acaba por vezes induzir ou instigar a vítima a reconhecer o acusado, destaca-se que a sequência visual daqueles envolvidos em cenários traumáticos costuma ser diverso do que se vislumbra em situações normais, posto que a fixação se direciona para o que causa estranheza, medo e temor.

A jurisprudência brasileira atualmente concede à palavra da vítima maior valor probatório, em especial nos crimes sexuais. A consequência desse posicionamento são os numerosos casos de condenações injustas baseadas em mentiras, falsas memórias, reconhecimentos (reconhecimentos que desrespeitam as regras previstas no Código de Processo Penal) ou até mesmo erros de boa-fé (LOPES JR., 2018. p. 457). Diante desta circunstância, apesar da palavra da vítima possuir indiscutível relevância no processo, os erros nas declarações

podem ocorrer, seja por motivos de embriaguez, ou em virtude do crime ter ocorrido em lugar escuro e de difícil visibilidade.

A palavra da vítima deve ser estudada com a devida cautela, visto que há uma saúde mental abalada e fragilizada, podendo passar pela cabeça falsas memórias, o que por sinal poderá implicar confusões nos depoimentos da vítima. As falsas memórias, poderão comprometer todo o desempenho dos profissionais envolvidos, acarretando complicações na investigação e desfavorecendo a veracidade da vítima.

Diante do problema exposto, permite-se observar que ante uma condenação, também há pessoas indiretamente envolvidas, como por exemplo as famílias, que devido às acusações acabam sofrendo prejuízos. A alienação parental, que se compreende por projetar na criança/adolescente sentimentos de insatisfação, raiva ou ressentimento contra um dos genitores, pode ser praticada de diferentes formas, mas a mais gravosa são as falsas acusações de crime de estupro de vulnerável que, somada com a implantação de falsas memórias e a síndrome da alienação parental, podem abrir um leque de consequências penais e cíveis não pensadas pelo alienador, podendo inclusive, resultar na prisão indevida do genitor alvo.

2.4 DA CONDENAÇÃO INJUSTA

Partindo de uma análise social, podemos inferir que a prática de crimes sexuais, previstos no Título VI do Código Penal, à luz da Lei 12.015/2009, tem repercussão não só na vida da vítima, mas também na do acusado. Sob este aspecto, a vítima e o suposto agressor, atraem olhares e opiniões diversas, por parte do senso comum, que normalmente resvalam em preconceitos que categorizam a vítima como sujeito frágil e subjugado, cabendo ao réu um tratamento extremamente repressivo.

A boa prática e o bom senso nos levam a acreditar, em um primeiro momento, na palavra da suposta vítima. Mas essa, isoladamente, nem sempre nos traz a certeza necessária para uma grave condenação criminal. A prova material é obrigatória, mas não é absoluta, já que as condenações injustas, causadas pela insuficiência dos meios de provas, são uma realidade que vem ganhando grande proporção. Ao condenar o acusado, assumem-se riscos baseados apenas em palavras, visto que não são raros os casos que têm repercussão na mídia envolvendo inocentes condenados e indiciados por estes crimes.

Importa destacar que, a criança e pré-adolescente estão mais suscetíveis a serem manipulados ou influenciados por situações ou palavras sobretudo em virtude da imaturidade. No momento em que relatam e informam o ocorrido tendem inclusive a apresentar situações fantasiosa ou mesmo omitir a verdade por receio de desagradar aos que lhe acompanham ou não disporem de coragem para desmentir o que foi narrado. Neste sentido exemplifica-se com caso ocorrido em Nova Suçuarana, em que determinado indivíduo fora condenado erroneamente pelo crime de estupro em tese praticado em desfavor de sua vizinha, que à época contava com 12 anos. Entretanto, transcorridos alguns anos a outrora adolescente decidiu expor a verdade sobre os fatos; relatando ao magistrado que não houve estupro ou sequer assédio e que em verdade o indivíduo sequer havia tido com esta contato, tratando-se de mera construção desleal e inverídica de sua mãe.

Os crimes sexuais raramente deixam vestígios, isto é, caracterizam-se em sua maioria como crimes não transeuntes, além de ocorrerem às escuras, sem a presença de eventuais testemunhas. Portanto, muitas vezes o juiz possui tão somente a palavra da vítima para se orientar em uma possível condenação, que, se for determinada de maneira deliberada, irá causar danos irreparáveis à vida do suposto agressor. Assim, verifica-se que tais decisões devem ser analisadas e comparadas com outros meios de prova com a máxima cautela, para que nenhuma injustiça seja cometida.

Em virtude dos fatos mencionados, é importante destacar aqui uma condenação com base exclusivamente na palavra da vítima, deve se pautar em uma segurança ímpar, devendo ser interpretada com ressalvas, cabendo ao magistrado compará-la com as demais provas, levando em consideração ambas as personalidades e relações pessoais, tendo em vista que as consequências da condenação nesses crimes destrói a vida do condenado, no ambiente familiar e, ainda no tratamento desumano dentro do sistema carcerário que jamais poderão ser revertidas. Desta maneira, o princípio do in dubio pro réu deve ser aplicado em seu máximo aproveitamento, pois qualquer resquício de dúvida pode acarretar a inocência do réu (GARBIN,2016).

Vale ressaltar a existência do princípio da presunção de inocência que tem previsão na Constituição Federal, no rol de direitos e garantias fundamentais, ao dispor que:

Art. 5. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à

propriedade, nos termos seguintes. (EC nº 45/2004) LVII- Ninguém será culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.(BRASIL,

No que tange a referido princípio vislumbra-se que o Estado acaba se tornando incapaz de dar continuidade à condenação, por falta de elementos que impossibilitam a culpabilidade do acusado. A discussão proposta surge a partir da necessidade de denunciar a pouca efetividade do procedimento legal, no que se refere à falta de comprovação da materialidade dos meios de prova nos crimes sexuais, ensejando condenações injustas que ecoam negativamente na vida dos acusados.

2.4.1 DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO

In dubio pro reo é uma expressão latina que significa, na dúvida, a favor do réu. Expressa o princípio jurídico da presunção da inocência, que considera que em casos de dúvidas (por exemplo, insuficiência de provas) se favorece o réu.

É perceptível a adoção implícita deste princípio no Código de Processo Penal, na regra prescrita no artigo 386, II, ex vi:

Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:

VII – não existir prova suficiente para a condenação.

Ressalte-se, ainda, que a dúvida existente acerca da autoria de um delito não está nas provas até então produzidas, mas na própria mente daquele que as analisa; a dúvida não é a causa/motivo de se absolver o réu, mas, ao contrário, é a falta de elementos de convicção que demonstrem ligação do acusado com o fato delituoso e que geram, no julgador, a dúvida acerca do nexos entre materialidade e autoria. Prova não pode ser dúbia, mas a conclusão acerca de um fato apurado é que gera dúvida no raciocínio do que julga.

Não conseguindo o Estado angariar provas suficientes da materialidade e autoria do crime, o juiz deverá absolver o acusado. Ou seja, in dubio pro reo.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o peso da palavra da vítima no crime de estupro de vulnerável e quais riscos envolvem a condenação fundamentada nesta.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar conceito de estupro de vulnerável e suas particularidades demonstrando a hediondez de referido crime e a correlação com a dignidade da pessoa humana, considerado pilar de nosso ordenamento pátrio e direito inerente ao ser humano.
- Analisar como a palavra da vítima interfere diretamente na decisão da justiça, frisando a importância quanto a necessidade de possuir cautela ao valorar a palavra da vítima, mesmo sendo indispensável dentro do processo.
- Demonstrar os riscos que decorrem da falsa memória, e o quanto elas podem atrapalhar na investigação e os malefícios que poderão acometer em virtude da falsa acusação na vida dos envolvidos diretamente e indiretamente;

4 METODOLOGIA

O presente artigo fora desenvolvido valendo-se de pesquisas bibliográficas, pautado em legislações, doutrinas, sites, obras, súmulas, jurisprudências, dentre outras fontes que guardam relação com o objeto. Neste sentido, Gil (2007), considera pesquisa bibliográfica a desenvolvida a partir de materiais produzidos, tais como livros e artigos científicos.

O trabalho desenvolvido é de natureza qualitativa e explicativa. Desta forma, a pesquisa qualitativa propugna aperfeiçoar conhecimento, e transitar a quantidade em qualidade, a partir de largo conhecimento superficial para um estrito/direcionado e aprofundado conhecimento, para tanto, colaborando mediante eficácia e eficiência com vistas a alcançar a qualidade. Nesta seara, Fernandes (2001, p. 48) aduz que: “A qualidade só será alcançada quando se obtiver o grau máximo de excelência, que compreende a eficiência e a eficácia. Durante o trajeto, parte-se da ineficiência e se começa a ser eficiente; mas a eficácia só é conseguida no momento em que se alcança o objetivo”. (FERNANDES, 2001, p. 48).

O método científico utilizado no presente trabalho foi dedutivo. Neste diapasão, Abbagnano (1971, p. 235), preceitua que: “[...] entende-se hoje por esse termo o método que consiste em procurar a confirmação de uma hipótese através da verificação das consequências

previsíveis nessa mesma hipótese". Desta forma, permite-se considerar que o método dedutivo pode ser considerado como a premissa de alcançar à verdade por intermédio de proposições, ou seja, é almejar a confirmação de dada hipótese valendo-se da previsibilidade de suas consequências.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que tange ao estupro de vulnerável por se tratar de abordagem de tema extremamente delicado e polemico e que acarreta controvérsias, é necessário levar em consideração os riscos que decorrem de uma sentença proferida unicamente na palavra da vítima. É indispensável a existência de outros meios de provas, para só assim diante de um conjunto de provas, possa se chegar a uma verdade real dos fatos.

Conforme exposto durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa, a vítima pode sofrer desordens nos pensamentos ou até mesmo ser induzida o que exige cautela e atenção na condução do processo.

Verificou-se que há um consenso a respeito do conceito de estupro de vulnerável e suas particularidades conforme fica evidente nas obras dos autores utilizados na revisão,

Além disso, a lei 12.015/2009 é clara ao demonstrar que o estupro de vulnerável é um crime hediondo que possui ligação com a dignidade da pessoa humana, de grande importância para nosso ordenamento.

No que tange à palavra da vítima interfere diretamente na decisão da justiça, demonstrando a importância da necessidade de possuir cautela ao valorar a palavra da vítima, mesmo sendo indispensável dentro do processo, por isso os tribunais devem desenvolver uma análise cautelosa, a fim de proferir um julgado.

A questão das falsas memórias se encontra entrelaçada com o ambiente familiar, com situações pendentes e mal resolvidas, que de alguma maneira geraram traumas em crianças e adolescentes, como foi destrinchada no decorrer dos estudos.

Faz-se necessário tendo em vistas as hipóteses apresentadas, que a palavra da vítima tenha coerência, não admitindo contradições, razão pelo qual é necessário que o interrogatório seja repetido quantas vezes for necessário.

Outro aspecto que chama a atenção, além dos que foram apresentados, está em casos concretos ocorridos tais como o de um senhor chamado Antônio Carlos dono de uma borracharia, que foi inocentado e ganhou sua liberdade após 4 anos e 11 meses anos de reclusão.

O emblemático caso que acarretou drástica mudança na vida de Antônio Carlos ficou nominado como "maníaco da moto". Tendo em vista que o criminoso utilizava motocicleta na abordagem das vítimas, ameaçava mulheres com uma faca e praticava estupros em Fortaleza. Destaca-se que o verdadeiro responsável nunca fora descoberto. As evidências apresentadas pela defesa revelam que o autor possuía aproximadamente 1,80 metro, com base em gravações que registram o autor dos crimes, sendo que por sua vez a altura de Antônio Cláudio, condenado erroneamente é de 1,59 metro.

A defesa alega que "o único elemento que sustentou a condenação foi o reconhecimento feito pela vítima" – não houve sequer exame de DNA sendo que o reconhecimento fora realizado pela vítima do estupro, uma criança de 11 anos, de modo que, esta convenceu-se de forma equivocada que o borracheiro teria sido autor do crime.

Importante demonstrar os riscos que decorrem da falsa memória, o quanto elas podem prejudicar a investigação e os malefícios que podem cometer em virtude da falsa acusação na vida dos envolvidos diretamente e indiretamente.

6 CONCLUSÃO

Fica evidenciado que nem sempre o acusado é injustamente condenado, muitos realmente praticam o crime, e devem necessariamente receber a devida punição. O intuito do artigo realizado não é denegrir ou desacreditar a vítima ou extrair o valor de seu depoimento, mas sim demonstrar que há outras provas a serem analisadas. Pois acima de tudo, o ser humano está propício a cometer erros, uma vez que cometidos poderá não existir a possibilidade de revertê-lo.

Os resultados obtidos, levaram a compreensão de que o grande valor agregado à palavra da vítima é o ponto central e mais problemático desta discussão. Nestes crimes revela-se a complexidade em levantar provas materiais, tendo em vista as circunstâncias em que o crime normalmente ocorre, por essa razão se faz necessário que a palavra da vítima assumam valor decisivo, como medida necessária para impedir impunidade e a sensação de falta de amparo do estado na defesa da justiça e harmonia social.

Possuindo como subsídio toda a pesquisa realizada pode-se compreender que, devido ao grande trauma psicológico desenvolvido, é indispensável o papel de um profissional capacitado para acompanhar os tramites da persecução penal, permitindo que com melhores condições psicológicas a vítima possa descrever com maior precisão o autor garantindo-se a correta aplicação da justiça.

Por fim, vale considerar na aplicação da justiça o julgador deve se pautar em premissas que o norteiem a aplicar a lei ao caso concreto com vistas a pacificação social e garantindo-se o bem comum do povo, cabendo a este ponderar os pontos e questão que lhe são apresentadas, abstando-se de privilegiar qualquer das partes, valorar excessivamente ou mesmo desconsiderar aspectos de forma que a verdade deve ser perseguida mas não se pode admitir elementos como absolutos posto que estaria sujeito a cometer elevado número de erros. Neste sentido a palavra da vítima deve ser considerada relevante até mesmo pela condições que normalmente envolvem crimes desta natureza mas devem ser avaliados com cautela e preocupação de que a justiça seja garantida igualmente e rigorosamente a ambas as partes que estão com seus destinos entregues a mão do estado juiz para que cumpra com a correta e justa aplicação do veredito. Destaca-se que para dirimir dúvidas ou conflitos envolvendo a verdadeira culpa do réu, aplicar-se-á o que preconiza o princípio *in dubio pro reo*, ou seja, a absolvição do acusado, nos termos do artigo 386 do CPP.

*RAPE OF VULNERABLE: RISKS OF CONVICTION BASED ON THE
WORD OF THE VICTIM*

ABSTRACT

The present study has the scope, the justification of the crime of rape of vulnerable focused on the risks of conviction based on the victim's word. As it is a crime that occurs in secret, it is necessary to value the victim's word, which could lead to errors, errors that could destroy the life of the alleged perpetrator. In view of these aspects, this article has as main objective to address the traumas acquired, and the many difficulties faced that arise from such a delicate topic to talk about. Being carried out through bibliographic research, in doctrines, codes, laws, websites, books, jurisprudence, precedents and other materials. Cataloged as qualitative and explanatory. In this way, we can observe that the victim's word in these cases is crucial for the final decision. However, they must also have the discernment of other means of evidence.

Keywords: victim's word. Conviction risks. Unjust conviction. Rape of vulnerable.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Eduardo. *A condenação com base exclusiva na palavra da vítima*. Canalcienciascriminais.com.br,2018.Disponível:
<https://www.google.com.br/amp/s/canalcenciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/631832448/a-condenacao-com-base-exclusiva-na-palavra-da-vitima/amp>). Acesso em: 21 de outubro de 2021.

BRASIL, *Código de Processo Penal, Lei Nº 12.015, de 7 de agosto de 2009*. Disponível em: L12015 (planalto.gov.br). Acesso em:19 de outubro de 2021.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: Parte especial vol.2- 13º ED*,2013.

BITENCOURT, César Roberto. *Tratado de Direito Penal, parte especial 4: Dos crimes contra a dignidade sexual até os crimes contra a fé pública*. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012

BITTENCOURT, Edgard de Moura. *Vítima*. São Paulo: Universitária de Direito, 1971.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. *Deitar em cima da vítima com o membro viril à mostra: consumado*. Buscador dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <<https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/b069b3415151fa7217e870017374de7c>>.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal, parte especial 3: *Dos crimes contra a dignidade sexual à dos crimes contra a administração pública*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: outubro de 2021.

EDUARDA, Maria. *Os riscos da condenação causados pelas falsas memórias na apuração do crime de estupro de vulnerável*. Âmbito jurídico, 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-penal/os-riscos-da-condenacao-causados-pelas-falsas-memorias-na-apuracao-do-crime-de-estupro-de-vulneravel/> Acesso em: 21 de outubro de 2021.

ESTUPRO DE VULNERAVEL E A CONTEMPLAÇÃO LASCIVA. www.abacrin.adv.br, 2017. Disponível em: <https://www.abracrim.adv.br/artigos/estupro-de-vulneravel-e-a-contemplacao-lasciva>.

OLIVEIRA, Giovanne; ASSIS, Matheus. *A palavra da vitima como unico meio de prova do crime de estupro de vulneravel*. Disponível em:<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14216/2/TCC%20Final%20Corrigido.pdf> .Acesso em: 18 de maio de 2022.

O valor probatório da palavra da vítima nos crimes contra a dignidade sexual. Ambitojuridico.com.br,2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-160/o-valor-probatorio-da-palavra-da-vitima-nos-crimes-contra-a-dignidade-sexual/>

FERNANDES, Antonio Scarance. *O papel da vítima no processo criminal.* São Paulo: Malheiros, 1995.

FREITAS, Cinthia; OLIVEIRA, Aline; BORGES, Messias. *Homem preso durante 5 anos por estupro deixa presídio após novo julgamento reconhecer inocência*, 2019. Disponível em: Homem preso durante 5 anos por estupro deixa presídio após novo julgamento reconhecer inocência | Ceará | G1 (globo.com) Acesso em: 18 de maio de 2022.

GABRIEL, Lucas. *A falácia dos meios de prova nos crimes sexuais x Riscos de condenação injustas.* Jusbrasil, 2019. Disponível em: A falácia dos meios de prova nos crimes sexuais x Riscos de condenações injustas (jusbrasil.com.br). Acesso em: 21 de outubro de 2021.

GLADIS, A. PIVAR, G. *A palavra da vítima em crimes sexuais como instrumento isolado de prova e o risco da condenação injusta.* Emporiiodireito.com.br,2020. Disponível em: <https://emporiiodireito.com.br/leitura/a-palavra-da-vitima-em-crimes-sexuais-como-instrumento-isolado-de-prova-e-o-risco-da-condenacao-injusta>. Acesso em: 21 de outubro de 2021.

HENRIQUE, P.B.V; FAVERO, L. A validade e os perigos da palavra da vítima no crime de estupro e estupro de vulneráveis. Disponível em: 594c15318b366.pdf (fag.edu.br)

JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu.* Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.

MARCELLI, Carolina. *Considerações do delito de estupro de vulnerável.* Jusbrasil.com.br, 2021. Disponível em: Considerações acerca do delito de estupro de vulnerável (jusbrasil.com.br). Acesso em: 23 de setembro de 2021.

NUCCI, Guilherme. *O crime de estupro sob o prisma da lei 12.015/09.* guilhermenucci.com.br, 2014. Disponível em: <https://guilhermenucci.com.br/o-crime-de-estupro-sob-o-prisma-da-lei-12-01509/>

NUNEZ, Benigno. *Afinal, você sabe o que é estupro?* Jus.com.br,2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/jus.com.br/amp/artigos/74521/1>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

PIERI, Rhannele Silva de; VASCONCELOS, Priscila Elise Alves. *Estupro de vulnerável: a palavra da vítima e os riscos da condenação.* 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/56869/estupro-de-vulneravel-a-palavra-da-vitima-e-os-riscosda-condenacao>.

ROCHA, Rafael. Entenda o princípio in dubio pro reo. Disponível em: <https://rochadvogados.com.br/entenda-o-principio-do-in-dubio-pro-reo/>. Acesso em: 18 de maio de 2022.

SANTOS, Camile. *Dos crimes contra a liberdade sexual e contra família.* Jus.com.br, 2020. Disponível em: DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E CONTRA FAMÍLIA - Jus.com.br | Jus Navigandi. Acesso em: 21 de outubro de 2021.

SPERANDIO, Vittoria Bruschi. *O valor probatório da palavra da vítima nos crimes contra a dignidade sexual*. Jus.com.br, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/56981/o-valor-probatorio-da-palavra-da-vitima-nos-crimes-contra-a-dignidade-sexual>

VANALLI, Isabela. *Aspectos e desdobramentos dos crimes contra a liberdade sexual no código brasileiro*. Jusbrasil.com.br, 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/isavanalli.jusbrasil.com.br/artigos/766277063/aspectos-e-desdobramentos-dos-crimes-contra-a-liberdade-sexual-no-codigo-penal-brasileiro/amp>